

A DIMENSÃO LÚDICA: Desigualdades do direito a brincar em espaços públicos - Freguesia do Ó e Brasilândia (São Paulo)

THE LUDIC DIMENSION: Inequalities in the right to play in public spaces - Freguesia do Ó and Brasilândia (São Paulo)

LA DIMENSIÓN LÚDICA: Desigualdades del derecho a jugar en espacios públicos - Freguesia do Ó y Brasilândia (São Paulo)

FRANCA, JULIANA SANTIAGO DA

Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, juliana.assantiago@gmail.com

ABASCAL, EUNICE HELENA SGUZZARDI

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, eunicehelena.abascal@mackenzie.br

CYMRIT, RAQUEL

Mestre em Estatística, Universidade Presbiteriana Mackenzie, raquel.cymrot@mackenzie.br

RESUMO

A dimensão lúdica no meio urbano constitui elemento fundamental na qualificação dos espaços livres das cidades, ao transformar positivamente as experiências cotidianas e valorizar os espaços públicos como territórios privilegiados de práticas sociais e culturais. Quando incorporada a programas, políticas e planos urbanos, a dimensão lúdica urbana contribui para a promoção da diversidade de usos e encontros, além de enriquecer a configuração e o potencial inclusivo dos espaços coletivos. Com base em pesquisa de campo, uma análise estatística identificou características e desafios relacionados ao acesso a espaços urbanos lúdicos voltados à primeira infância (bebês e crianças de 0 a 6 anos), nos distritos da Brasilândia e Freguesia do Ó, zona norte do município de São Paulo. O estudo abrangeu áreas públicas como parques, praças, "Ruas de brincar" e entornos de instituições educacionais e culturais. Os dados apontam que a maioria entre os respondentes da pesquisa são mulheres, com idade entre 25 e 39 anos, pertencentes a grupos de baixa renda e com escolaridade básica. As crianças sob sua responsabilidade acessam majoritariamente espaços privados para o brincar, o que evidencia a insuficiência de espaços públicos e gratuitos voltados ao lazer infantil em áreas periféricas. Tais resultados reforçam a urgência de incorporar a dimensão lúdica de forma transversal ao planejamento urbano, com foco na equidade territorial e no pleno desenvolvimento na primeira infância.

PALAVRAS-CHAVE: dimensão lúdica urbana; redução das desigualdades; primeira infância.

RESUMEN

La dimensión lúdica en el entorno urbano es un elemento fundamental en la cualificación de los espacios libres de las ciudades, al transformar positivamente las experiencias cotidianas y valorar los espacios públicos como territorios privilegiados para las prácticas sociales y culturales. Cuando se incorpora a los programas, políticas y planes urbanos, la dimensión lúdica urbana contribuye a promover la diversidad de usos y encuentros, así como a enriquecer la configuración y el potencial inclusivo de los espacios colectivos. A partir de una investigación de campo, un análisis estadístico identificó características y desafíos relacionados con el acceso a espacios urbanos de juego dirigidos a la primera infancia (bebés y niños de 0 a 6 años) en los distritos de Brasilândia y Freguesia do Ó, en la zona norte del municipio de São Paulo. El estudio abarcó espacios públicos como parques, plazas, "Calles de juego" y los alrededores de instituciones educativas y culturales. Los datos muestran que la mayoría de los encuestados son mujeres, con edades comprendidas entre los 25 y los 39 años, pertenecientes a grupos de renta baja y con escolarización básica. Los niños bajo su responsabilidad acceden mayoritariamente a espacios privados para jugar, lo que pone de manifiesto la falta de espacios públicos gratuitos para el ocio infantil en las zonas periféricas. Estos resultados refuerzan la urgencia de incorporar la dimensión lúdica de forma transversal en la planificación urbana, con un enfoque de equidad territorial y pleno desarrollo de la primera infancia.

PALABRAS-CLAVES: dimensión lúdica urbana; reducción de las desigualdades; primera infancia.

ABSTRACT

The playful dimension in the urban environment is a fundamental element in the qualification of free spaces in cities, by positively transforming everyday experiences and valuing public spaces as privileged territories for social and cultural practices. When incorporated into urban programs, policies and plans, the urban play dimension contributes to promoting a diversity of uses and encounters, as well as enriching the configuration and inclusive potential of collective spaces. Based on field research, a statistical analysis identified characteristics and challenges related to access to urban play spaces aimed at early childhood (babies and children aged 0-6), in the districts of Brasilândia and Freguesia do Ó, in the northern part of the municipality of São Paulo. The study covered public areas such as parks, squares, "Play streets"

and the surroundings of educational and cultural institutions. The data shows that most of respondents are women, aged between 25 and 39, from low-income groups and with basic schooling. The children under their responsibility mostly access private spaces to play, which highlights the lack of free public spaces for children's leisure in peripheral areas. These results reinforce the urgency of incorporating the play dimension across the board into urban planning, with a focus on territorial equity and full early childhood development.

KEYWORDS: urban recreational dimension; reduction of inequalities; early childhood.

Recebido em: 17/08/2025
Aceito em: 01/12/2025

1 INTRODUÇÃO

A dimensão lúdica é fundamental ao desenvolvimento das potencialidades integrais, físicas e intelectuais dos seres humanos, podendo transformar positivamente as vivências infantis da cidade. Essa prática urbana do lúdico é primordial, podendo contribuir e modificar positivamente o cotidiano, ao gerar um forte vínculo com o espaço, como seu meio de expressão. A dimensão lúdica do ser humano é conceituada como uma prática social de co-presença no espaço urbano, onde as trocas intersubjetivas de experiência se relacionam diretamente com a atividade de brincar, consubstanciadas pela ação do corpo em movimento (Aguiar, 2010).

Essas experiências podem contribuir para subsidiar a qualificação dos espaços públicos como meio privilegiado das práticas sociais e culturais. Por meio dessa valorização, e do entendimento de que essa instância pode integrar programas, políticas e planos urbanos, é possível incentivar a diversidade dos encontros na cidade. Este suporte teórico permite compreender e propor novos rumos para o urbanismo, com base no papel desempenhado pelos espaços públicos e áreas livres, indissociáveis dos espaços lúdicos infantis (Dias; Esteves Junior, 2017).

Em sua obra *Homo Ludens*, publicada originalmente em 1938, Huizinga (2019) estabelece relações entre a dimensão lúdica e a cultura, abrindo novas fronteiras para a educação infantil. O autor posiciona essa relação como intrínseca ao desenvolvimento das crianças, e como um meio para a aquisição de linguagem. O filósofo advoga que a dimensão lúdica é um meio potente para a elaboração expressiva e do pensamento lógico. Para ele, o jogo transcende o lazer, sendo um fundamento da cultura humana, definindo o entretenimento bem como a arte, a religião e a vida social.

Ao argumentar que jogar é uma expressão que vai além do entretenimento, é possível definir essa atividade como relacional e dialógica (Barros; Fiorin, 2003), presente nas interações entre os indivíduos e grupos, e nas relações destes com seu tempo-espacó. A vida contemporânea é eminentemente urbana (Glaeser, 2016); é nesse meio em que se vivenciam as diversas relações sociais que conduzem a cotidianidade. Essas vivências dependem da mobilidade em todas as suas expressões; no caminhar até a escola, no encontro com os pares, na experiência de praças e parques, espaços livres e abertos.

Este artigo investiga aspectos da desigualdade de acesso a espaços públicos e a vivências cotidianas da dimensão lúdica, e de como acontece efetivamente a experiência da cidade e dos bairros nas praças, parques, "Ruas de brincar"¹, e nos caminhos diários que levam aos equipamentos educacionais e culturais que integram o dia a dia de crianças e de seus cuidadores. Analisam-se oportunidades lúdicas para crianças e condições de acesso e de permanência a elas e seus cuidadores, com ênfase no período denominado primeira infância do indivíduo², nos distritos de Brasilândia e Freguesia do Ó, Subprefeitura Freguesia-Brasilândia, zona norte de São Paulo. Ao identificar a importância de um urbanismo inclusivo, promotor de potencialidades lúdicas nos espaços públicos, são investigadas as necessidades e as fragilidades do acesso a esses espaços por crianças pequenas, na perspectiva de seus cuidadores e/ou responsáveis.

O lazer é reconhecido como direito social da criança e prioridade absoluta pela família e o Estado, garantido pelo artigo 227 da Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988); o brincar na infância é direito reconhecido institucionalmente desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990, art.16), e endossado pelo Plano Nacional pela Primeira Infância (RNPI, 2020, p.95). Garantir um ambiente lúdico equânime, seguro e acessível nas áreas urbanas para crianças pequenas - grupo social urbano mais vulnerável, dada sua dependência e demanda por cuidados por parte de um adulto responsável - requer espaços promotores dessa atividade essencial, conforme dita o Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016, art. 5º e 17º), a Política Estadual pela Primeira Infância do Estado de São Paulo (Estado de São Paulo, 2021, art. 5º) e o Plano Municipal Primeira Infância de São Paulo (Município de São Paulo, 2018b).

A partir de reflexões de alguns autores referenciais, analisam-se potencialidades e características desses espaços públicos e das condições de acesso a eles por crianças e cuidadores, com base em uma pesquisa de campo³. A partir das percepções compartilhadas pelos cuidadores participantes da pesquisa e seus resultados, emergem elementos que podem balizar políticas públicas para uma requalificação dos distritos-

alvo de forma mais ampla e integrada, neles promovendo melhores condições de mobilidade e percursos pedestres, equipamentos coletivos e ofertas de oportunidades, capazes de estimular a dimensão lúdica para a primeira infância.

Para abordar as desigualdades de acesso aos espaços públicos e de lazer na região selecionada, e compreender seu processo de formação e transformação, a metodologia fundamenta-se na evidência de que as aspirações de brincar durante a infância nas regiões mais vulneráveis se revelam de forma intensa, embora na prática, tais áreas da cidade, muitas vezes periféricas, padecem de múltiplas limitações, o que fragiliza o desenvolvimento integral do indivíduo (RNPI, 2020).

A humanização dos espaços urbanos, sob a ótica de Jacobs (2009/1961), Lynch (1977) e Gehl (2015), sustenta as análises dos espaços públicos no território-objeto, trazendo importantes abordagens para se pensar o brincar na cidade. São identificados nas obras destes autores conceitos, condições e atributos que o espaço público pode dispor para incluir aspectos lúdicos na vivência cotidiana de crianças e seus cuidadores, norteando observações obtidas em campo, junto a crianças e cuidadores residentes na Freguesia do Ó e Brasilândia.

Esses distritos são marcados por considerável crescimento populacional e por distribuição desigual de recursos e infraestrutura urbana, conforme consta no Plano Regional da Subprefeitura Freguesia Brasilândia (Município de São Paulo, 2016), o que pode impactar diretamente a disponibilidade, qualidade e acessibilidade a espaços públicos dotados de equipamentos e programas lúdicos para as crianças. O território-alvo revelou potencialidades e características, desafios e lacunas em seus espaços públicos, relativamente à dimensão lúdica voltada à primeira infância. O estudo se concentrou em espaços que, em tese, apresentam elementos que permitem a oferta dessa dimensão: ruas, praças, parques e percursos até equipamentos culturais e educacionais públicos selecionados, como escolas, Centros Educacionais Unificados (CEU's) e Casas de Cultura.

O avanço do artigo se encontra na elucidação de algumas características desses locais, e das aspirações e do imaginário de uma cidade melhor que favoreçam o desenvolvimento de atividades lúdicas para crianças. Destaca-se também pela abordagem que lança luz sobre as percepções dos cuidadores de crianças acerca desses espaços, apresentando preferências e rotinas de cuidado para o público infantil residente numa região vulnerável da cidade de São Paulo, contribuindo para identificar desigualdades espaciais que impactam o brincar.

2 A DIMENSÃO LÚDICA NAS CIDADES

Indo em direção à defesa da vitalidade e diversidade urbana, Jacobs (2009/1961) é uma importante referência para contextualizar a importância da rua para as vivências humanas. A obra destaca a esfera do cuidado e do cotidiano urbano, assim como a dimensão lúdica e sua relação com os espaços da cidade para o desenvolvimento das crianças e acolhimento de seus cuidadores. Segundo a autora, interações diárias nas ruas, praças e calçadas desempenham um papel vital na coesão social e segurança urbana, estendendo-se a todos os grupos sociais.

O conceito de “olhos na rua” permitiu repensar o papel dos espaços públicos, indo além da vigilância e do controle, ao destacar a presença das pessoas no espaço urbano e a responsabilidade compartilhada no ato de cuidar. A intensificação do uso das calçadas como estratégia para a responsabilidade compartilhada no espaço urbano inseriu um questionamento da exclusividade, eficácia e atratividade de *playgrounds* ou equipamentos isolados da vida urbana, destacando que a presença infantil floresce em ambientes urbanos diversificados e apropriados pelos usuários. A vitalidade dos espaços urbanos seria então, sob essa ótica, sustentada pela variedade de frequentadores e a gama de atividades, que garantem não apenas o dinamismo, mas também o interesse contínuo nessas áreas públicas, assegurando sua condição vibrante e convidativa (Jacobs, 2009/1961).

Compreender a essência de lugares populares e atrativos, enraizados na diversidade de usos e atributos do espaço, que podem ser desenvolvidos pelo projeto e o urbanismo, poderia promover uma cidade mais acolhedora, ao prever estratégias específicas e adaptáveis para revitalizar áreas urbanas, e com isso investir e potencializar os espaços voltados às crianças. Uma abordagem da potência lúdica da cidade abrange desde a segurança até a manutenção, qualidade e preservação de espaços públicos, livres e abertos e das áreas verdes, evidenciando seu papel na promoção de uma cidade melhor e mais equilibrada, indicando que o acesso à cidade se dá pela oferta equânime de equipamentos e espaços promotores dessa dimensão.

Muitas são as experiências que retratam a importância da dimensão lúdica pelo olhar dos arquitetos e intelectuais. Aldo van Eyck já evidenciava tal preocupação ao conceber, como medida emergencial no contexto pós Segunda Guerra Mundial, os *playgrounds* de Amsterdã, propondo a requalificação de terrenos subutilizados ou abandonados. O primeiro exemplar dessa rede de espaços lúdicos foi implantado em 1947, inaugurando uma abordagem inovadora para o uso do espaço urbano (Rosa, 2013). No contexto brasileiro, Mário de Andrade, enquanto diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo na década de 1930, implementou um projeto extraescolar destinado a crianças pequenas de famílias operárias, os parques infantis, com a mesma preocupação, estimular o brincar das crianças (Arantes *et al.*, 2008).

A preocupação com a qualidade e apropriação do espaço público destinado a crianças e adolescentes foi objeto do projeto *Growing up in Cities* (Lynch, 1977), realizado com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Massachusetts Institute of Technology (MIT). A fim de compreender como se dava o crescimento infantil nas cidades, Kevin Lynch liderou uma pesquisa internacional conduzida em bairros de baixa renda em Varsóvia, Polônia, Melbourne, Austrália, Cidade do México e Toluca, no México e em Salta, na Argentina.

O projeto visava entender as condições em que crianças e adolescentes viviam e se entretevam, que locais frequentavam e com que intensidade, e o que apreciavam ou não na cidade, enfatizando a importância de um desenho urbano inclusivo e participativo. Essa pesquisa apontou as ruas, especialmente aquelas sem saída, como potenciais áreas de recreação próximas às residências, e facilmente acessíveis às crianças. No entanto, a insegurança viária e deficiências de mobilidade representavam obstáculos ao acesso dos pequenos ao entorno imediato de suas moradias.

Foram analisadas causas de inadequação dos espaços públicos e sua possibilidade de acolhimento, apontando que a mera presença de um *playground* podia não ser suficiente para garantir o brincar, uma vez que esse equipamento condicionava ou pré-determinava as brincadeiras, e podia não atender a determinadas faixas etárias, o que sugere que a oportunidade de criar, explorar e influenciar o ambiente é relevante para alcançar um genuíno engajamento das crianças.

A pesquisa reconheceu a importância da realização de escutas para a concepção de espaços urbanos, contribuindo para informar soluções inclusivas e sensíveis às suas necessidades. Entre seus resultados, as meninas enfrentavam restrições maiores para explorar ludicamente a cidade em comparação com os meninos, ressaltando a importância da equidade e inclusão de gênero no acesso ao ambiente urbano. O trabalho iniciado por Lynch (1977), ao observar os ambientes que integram o cotidiano infantil, considerando sua qualidade e identificando problemas e potencialidades, emergiu como um produtivo caminho para mapear espaços com possibilidades lúdicas, e para o reconhecimento de seus limites e pontos positivos.

A obra de Gehl (2015) é também um importante ponto de partida para fundamentar relações entre cidade, criança e dimensão lúdica; ao endossar as ideias de Jacobs, destaca a escala humana e suas especificidades como base para criar espaços acolhedores e voltados às pessoas. No entanto, é importante relativizar e contextualizar os espaços dos quais trata o autor, sem torná-los universais, de modo a pensar essas mesmas questões para o contexto do Brasil e Sul Global, nos quais as vulnerabilidades e desigualdades assomam como variáveis centrais.

Esse autor operou com o conceito de escala humana, relacionando distâncias percorridas, velocidade de percurso e percepção espacial que humanos são capazes de praticar, enfatizando a importância das relações sociais, da mobilidade ativa, da acessibilidade e dos elementos lúdicos na cidade. Destacou que nos movemos no plano horizontal – em contraponto com as grandes construções verticais, e em velocidade reduzida – em contraponto aos automóveis, ônibus e trens. Dessa forma, o caminhar é permeado por ampla gama de percepções sensoriais e interações, e as emoções podem variar de acordo com a distância, o campo visual e o tempo dedicado ao percurso.

Além disso, diferenças do comportamento do corpo no espaço em cada faixa etária adicionam complexidade à compreensão da escala humana: “Uma cidade que convida as pessoas a caminhar, por definição, deve ter uma estrutura razoavelmente coesa que permita curtas distâncias a pé, espaços públicos atrativos e uma variedade de funções urbanas.” (Gehl, 2015, p. 6). É necessário ao indivíduo dispor de um tempo para sentir, ver, perceber a escala manifesta na pequena dimensão, pois deslocamentos ocorrem em ritmos diversos ocupando espaços limitados, estabelecendo condições de proximidade para desencadear vivências e interações cotidianas.

Para Gehl (2015), a segurança e vitalidade urbanas estão ligadas à mobilidade ativa das pessoas e à ocupação dos espaços urbanos, especialmente ao nível dos térreos, no qual as relações sociais florescem.

Ao criticar a macro concepção da cidade, destacou a importância dos "olhos nas ruas" de Jacobs, promovendo encontros, corresponsabilidade no cuidar e participação democrática na vida urbana.

Como defensor da mobilidade ativa, Gehl (2015) destaca os benefícios sustentáveis em caminhar e pedalar, contribuindo para reduzir a poluição ambiental e tornando a cidade mais segura e saudável, características urbanas diretamente relacionadas ao pleno desenvolvimento na infância. Valorizando o componente lúdico na vida urbana, concebe a cidade como espaço potencial para brincadeiras, celebrações e vida saudável, ressaltando a necessidade de tempo e espaço para que festivais, festas de rua, brincadeiras e eventos similares aconteçam nos espaços públicos.

Em *Space to Grow* (id, 2018), dez pontos são apresentados como aptos a tornar os espaços públicos mais acolhedores para crianças: visibilidade, estímulo à curiosidade, contato com a natureza, melhoria dos espaços próximos às residências, condições de apropriação das ruas, responsabilidade coletiva pelas crianças, cocriação, transversalidade nas soluções, aprimoramento contínuo no planejamento e fortalecimento das melhores ideias.

A dimensão lúdica no urbanismo, a partir das considerações realizadas é relevante (Macedo; Petty; Passos, 2005). Um urbanismo que seja inclusivo, diverso e acolhedor, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU, 2025), e com a Agenda 2030 (ONU, 2015) pode contribuir significativamente para o desenvolvimento integral das crianças, orientando-as ao pleno desenvolvimento psicofísico.

A importância de espaços públicos de lazer para as crianças, no contexto urbano e social dos distritos em foco

Menos áreas sombreadas, alta poluição do ar, temperaturas elevadas, insegurança viária e mobilidade prejudicada podem impactar adversamente a qualidade de vida nos espaços públicos para qualquer usuário, especialmente para crianças pequenas em pleno desenvolvimento físico, motor e psicológico (RNPI, 2020). Outro aspecto a ser considerado é a dimensão econômica envolvida: a presença ou não de praças, parques, "Ruas de Brincar" e áreas próximas a escolas e equipamentos culturais, opções de lazer gratuitas para todos.

Quando tais alternativas se tornam difíceis ou inacessíveis, opções de lazer em áreas privativas ou de uso privado inviabilizam o acesso de populações vulneráveis, pelos custos proibitivos e o tempo despendido no deslocamento. O valor do transporte público até uma praça ou parque, as condições de acessibilidade no trajeto, o tempo que se leva até o destino podem inviabilizar o lazer das crianças pequenas em espaços públicos, até mesmo naqueles adequados ao brincar. As crianças e suas famílias, especialmente as mais desfavorecidas, são confrontadas com a desigualdade socioespacial de várias maneiras: o alto custo de vida e o acesso aos serviços urbanos; distribuição desigual dos serviços urbanos; precárias condições do ambiente construído; e desigual distribuição e valor da terra (RNPI, 2020).

A Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, que abrange os distritos da Freguesia do Ó e Brasilândia, na zona norte de São Paulo, uma das mais densamente habitadas da cidade, contava com uma população de 380.513 habitantes no ano de 2022 (Município de São Paulo, 2024a). A população de crianças de 0 a 6 anos de idade em 2018 nesta Subprefeitura era de 44.619, o que representaria aproximadamente 12% de sua população.

Para efeito comparativo, a Subprefeitura Freguesia/Brasilândia apresentava em 2022 uma população total próxima de Jundiaí, um município de porte médio com 443.221 habitantes (IBGE, 2022). Considerando somente as crianças, a população infantil da Subprefeitura é comparável ao total de habitantes do município de Paraty, estado do Rio de Janeiro, com 45.243 habitantes, ou outra cidade de pequeno porte (IBGE, 2022).

O território da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia enfrenta desafios significativos, como número expressivo de famílias de baixa renda, índice de mortalidade infantil superior à média municipal e alto índice de nascimentos de filhos de mães adolescentes, apresentando-se disparidades entre os distritos, uma vez que Freguesia do Ó evidencia uma oferta de equipamentos urbanos relativamente mais favorável quando comparado à Brasilândia (Município de São Paulo, 2016), este último distrito tem alta densidade construtiva residencial para baixa renda, topografia accidentada, o que o torna de difícil capacidade para abrigar praças e equipamentos urbanos.

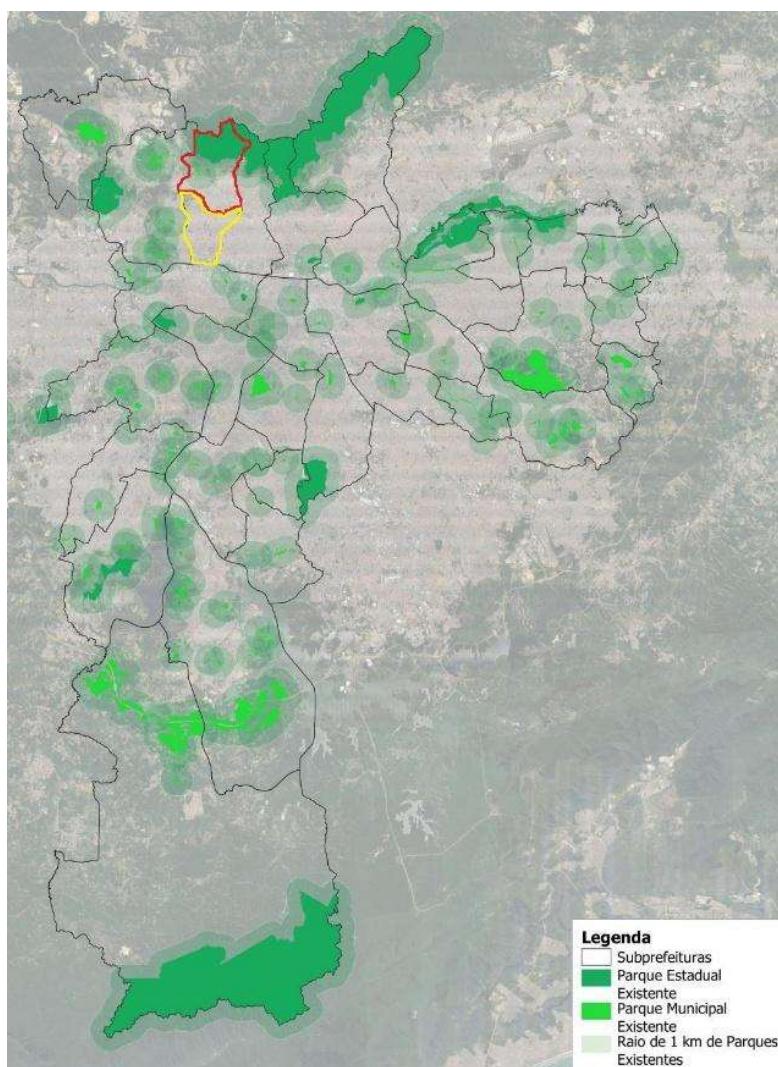
A região enfrenta outras carências estruturais: a rede cicloviária é limitada e esparsa, nota-se a ausência de estações de trem ou metrô e a falta de um terminal urbano de ônibus; a Linha 6-Laranja do metrô, que servirá a população da região, encontra-se em construção, com previsão de operação parcial para o ano de 2026 (Município de São Paulo, 2025b).

Pesquisa realizada pelo Instituto Cidades Sustentáveis e Rede Nossa São Paulo (RNSP, 2024) avaliou os 96 distritos da cidade de São Paulo, considerando indicadores de população, habitação, mobilidade, trabalho e renda, educação, cultura, segurança, saúde, entre outros. No ranking geral, o distrito da Freguesia do Ó ficou na 47ª posição com 61,61 pontos, e a Brasilândia na última posição, com 49,3 pontos.

Desde a década de 1970 o processo de ocupação dessa região foi intensificado pela chegada de comunidades vulneráveis que passaram a integrar a paisagem da Serra da Cantareira, Zona Norte de São Paulo. A Subprefeitura abriga uma população desfavorecida, que por falta de alternativas ocupa ilegalmente assentamentos em áreas de risco e de proteção ambiental (Sandeville Junior; Machado, 2005, p. 3).

Os espaços verdes e de lazer, como parques e praças, apresentam-se relativamente escassos, quando se compara Brasilândia e Freguesia sob esse aspecto - contam somente com o Parque Linear Bananal-Canivete, criado pelo Decreto nº 49.607, de 13 de junho de 2008 (Município de São Paulo, 2008) e inaugurado em 2010, com área de 49.666,47m² (Município de São Paulo, 2025a), conforme se vê na Figura 1. Em contraste com essa distribuição de espaços públicos livres e abertos, observa-se, ao norte da região, uma significativa cobertura vegetal, onde áreas de proteção ambiental — sem acesso ao público e desprovidas de função de lazer — enfrentam pressões decorrentes da ocupação urbana precária (Município de São Paulo, 2016).

Figura 1: Mapa de parques urbanos da cidade de São Paulo: em vermelho, o distrito de Brasilândia, e em amarelo, o distrito de Freguesia do Ó.



Fonte: produzido pelas Autoras, adaptado de Município de São Paulo, 2022b.

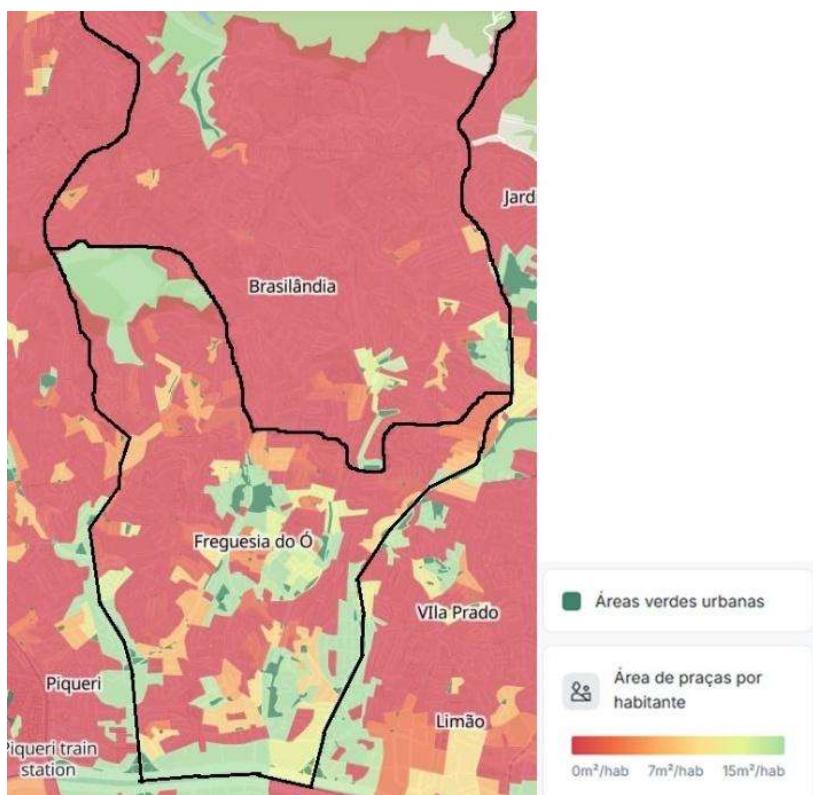
Embora existam grandes áreas de conservação na Subprefeitura Brasilândia-Freguesia, o Parque Linear Bananal-Canivete é o único parque urbano da região. Resultado de parceria entre a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a Subprefeitura e a SEHAB, o parque tem como objetivo conter o avanço da urbanização

sobre a Serra da Cantareira, recuperar o córrego e suas margens, além de preservar áreas de proteção permanente (Município de São Paulo, 2022a). Localizado na fronteira da parte urbana da cidade com a Serra da Cantareira, o parque desonta como um espaço com potencial para atender todo o território, oferecendo área verde, acessibilidade, atividades coletivas e fomentando iniciativas de economia solidária (Município de São Paulo, 2018a).

O processo de implantação do Parque Bananal Canivete é polêmico; habitações precárias construídas em áreas de risco geotécnico, na encosta ou sobre o córrego do Canivete, foram removidas em 2007, indenizando-se mais de 630 famílias transferidas para a zona Leste, com algum auxílio financeiro (Município de São Paulo, 2018a). A impermeabilização da orla do córrego vem sendo apontada também como limitação, a concentração desse tipo de espaço público junto à franja da Serra da Cantareira, evidenciam a carência de outras intervenções mais sistêmicas e distribuídas nos distritos que o abrigam.

A carência relativa de praças e parques urbanos na região é evidenciada no mapa da Figura 2. O distrito da Brasilândia apresenta, em grande parte de seu território, ausência total de áreas de praças por habitante (0%). Já o distrito da Freguesia do Ó apresenta uma condição relativamente mais favorável quando comparado à Brasilândia, embora ainda disponha de poucas e esparsas áreas verdes urbanas.

Figura 2: Mapa de habitantes atendidos por praças nos distritos de Brasilândia e Freguesia do Ó (% hab/m²).



Fonte: produzido pelas Autoras, adaptado de UrbVerde, 2025.

A área-alvo apresenta também desafios sociais e de segurança, contando com apenas oito “Ruas de lazer” para toda a população da Subprefeitura, de acordo com dados da prefeitura (Município de São Paulo, 2024b). Esta prática, uma solução de baixo custo e de fácil implementação a curto prazo, ainda é uma iniciativa pontual, desconhecida da maior parte da população.

Conforme o “Mapa da Desigualdade” (RNSP, 2024), o distrito de Brasilândia ocupa a pior posição geral e posições bem inferiores em relação aos outros 95 distritos paulistanos em relação a vários quesitos, ocupando a posição 83 em quantidade de população infantil, a posição 86 em favelas, a posição 91 em gravidez na adolescência, a posição 92 em remuneração média mensal do emprego formal e a posição 93 em oferta de emprego formal. Já o distrito da Freguesia do Ó ocupa uma posição intermediária (posição geral 47) em relação aos demais distritos, porém ocupa a posição 85 em mortalidade infantil.

Dados divulgados em 2021 mostraram que com relação ao tema mobilidade, as mortes no trânsito em cada 100 mil habitantes, Freguesia do Ó (5,0) e Brasilândia (4,6) estavam abaixo da média municipal de 6,2. Brasilândia e Freguesia estavam também entre os distritos cujos moradores residiam em um raio de mais de 1 quilômetro de estações de sistemas de transporte público de alta capacidade - trem, metrô e monotrilho.

A vulnerabilidade durante a pandemia da Covid-19 na região também foi preocupante: a Freguesia do Ó (18,2%) apresentou expressiva porcentagem de óbitos por Covid-19 assim como a Brasilândia (19,3%), que ficou acima da média do município (18,3%). (RNSP, 2021).

Apesar dos obstáculos, a região mantém uma cultura dinâmica, com festivais e eventos culturais e comunitários. A Freguesia do Ó é uma das áreas mais antigas da cidade, com uma história cultural rica que remonta ao século XVII. A subprefeitura abriga três CEU's, várias escolas de educação infantil e muitos centros culturais, sendo ainda alvo de programas educacionais como “Território educador” e “Território CEU”, liderados pela prefeitura de São Paulo.

A percepção de cuidadores sobre as possibilidades lúdicas de alguns espaços em Brasilândia e Freguesia do Ó

A abordagem metodológica da pesquisa que sustenta este trabalho incluiu uma aproximação empírica que resultou em análises quantitativas (estatísticas) e qualitativas de dados resultantes da aplicação de um questionário aplicado de forma *online* e presencial, entre 20 de setembro e 6 de novembro de 2022 (47 dias).

A questão central que orientou a aplicação do questionário foi: “Qual a importância do brincar na cidade, em espaços públicos ou de uso público, na faixa etária de 0 a 6 anos?” “A cidade e os Distritos-alvo dispõem de espaços livres adequados ao desempenho lúdico das crianças e acolhimento de seus cuidadores?”.

Os critérios de participação consistiram em ser cuidador e/ou responsável por crianças de 0 a 6 anos e residir nos distritos Brasilândia/Freguesia do Ó, os quais são integrados por 106 bairros, tais como Brasilândia, Jardim Elisa Maria, Vila Penteado e outros, parte da Subprefeitura Freguesia Brasilândia⁴.

Os respondentes, isto é, os participantes da pesquisa, todos cuidadores de crianças na faixa etária indicada, puderam manter o anonimato, e a eles foram apresentadas 35 questões fechadas – dicotômicas, de múltipla escolha, e de escala de concordância - e que abordaram variáveis de perfil dos respondentes, variáveis de perfil das crianças por eles cuidadas e questões que visavam investigar a adequação ou inadequação dos espaços públicos em questão, e compreender a percepção que os cuidadores possuem sobre as potencialidades da dimensão lúdica dos distritos sob análise. Essa abordagem combinando análise quantitativa e qualitativa proporcionou uma compreensão abrangente das dinâmicas envolvidas nessa interação, contribuindo para uma visão do impacto dos espaços públicos na experiência lúdica das crianças e na percepção dos cuidadores.

O público-alvo foi de cuidadores residentes na área da Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia (SUB-FB), indagados sobre os espaços públicos disponíveis que frequentam com as crianças, e procurou identificar o perfil destas, como, quando e onde elas brincam, perguntando se os espaços existentes eram adequados para tais atividades.

Foram abordados na modalidade presencial cuidadores identificados no trajeto até um equipamento educacional e ou cultural presente nos principais percursos realizados por estes e pelas crianças, estes eram então convidados a responder ao questionário nas imediações desses equipamentos urbanos, tais como os três CEU's da Subprefeitura (CEU Paz, CEU CEI Jardim Paulistano e CEU Freguesia-Esperança Garcia), o Terminal Urbano Vila Nova Cachoeirinha, a Diretoria Regional de Educação da Subprefeitura Freguesia-Brasilândia (DRE-FB), a Casa de Cultura Municipal da Freguesia do Ó – Salvador Ligabue, a Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA) Brasilândia, o Centro de Educação Infantil (CEI) Renascer, o CEI INDIR Vila Nina e o CEI Antônio Pereira de Souza Neto.

A pesquisa em campo ocorreu com autorização da DRE-FB. Os respondentes foram abordados pela primeira autora, seguindo rigorosos protocolos de saúde devido à pandemia de Covid-19 (uso de máscara de proteção facial, desinfecção com álcool gel, distanciamento social e comprovante de vacinação da pesquisadora atualizado). O questionário *online* foi disponibilizado aos interessados na pesquisa por meio da plataforma Google Forms, mantendo o anonimato dos respondentes. A modalidade *online* da pesquisa utilizou-se do mesmo questionário aplicado no formato presencial, difundido com o auxílio de redes sociais de grande alcance – “WhatsApp” e “Instagram”, bem como difundido por meio de cartazes com QRcode autorizados pela DRE-FB, que foram afixados em locais frequentados pelo público-alvo para divulgar a pesquisa.

Ambas as modalidades, presencial e virtual, visaram atingir a meta de 385 respostas do instrumento de pesquisa. Este dimensionamento de amostra se deu baseado no objetivo de se estimar proporções. Adotando-se um nível de significância igual a 5%, um erro para mais ou para menos de 0,05, sendo suposto o pior dos casos, isto é, que esta proporção seja igual a 0,5, o dimensionamento da amostra resultou em um tamanho mínimo de 385 cuidadores (Montgomery; Runger, 2021).

Para posterior análise estatística e sistematização de resultados, os dados coletados a partir das respostas ao questionário foram processados com o auxílio do Minitab® Statistical Software v. 19. Foram realizadas análises descritivas e calculados intervalos de confiança (IC) com 95% de confiança. Para os testes de hipótese realizados, foram adotados níveis de significância α iguais a 5%, sendo rejeitadas as hipóteses cujos níveis descritivos (valores-p) resultaram inferiores a este valor.

3 RESULTADOS

A coleta de dados realizada resultou em 309 respostas, sendo 251 válidas, por atenderem aos critérios de pesquisa: morar na Subprefeitura Freguesia Brasilândia, ter mais de 18 anos de idade e ser cuidador ou responsável por criança de 0 a 6 anos. O tamanho da amostra obtida, inferior ao dimensionamento desta (385) implica que os IC resultaram maiores que o previsto, e que algumas hipóteses podem não ter sido rejeitadas, embora falsas, uma vez que o poder do teste foi um pouco menor que o previsto.

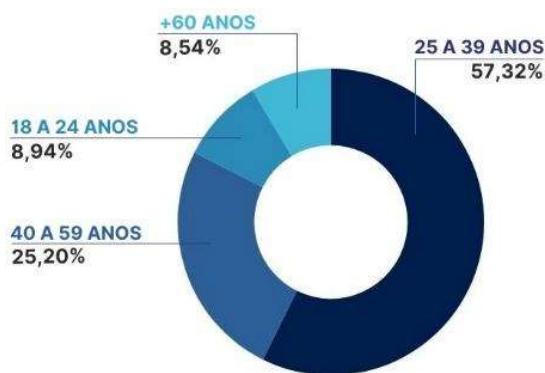
Para a caracterização do perfil dos respondentes, foram realizadas perguntas conforme critério Brasil 2022 (ABEP, 2022). Também foram elaboradas perguntas a fim de caracterizar as crianças cuidadas, e perguntas para obter a percepção dos participantes com relação aos espaços públicos e possibilidades lúdicas na região estudada. Os resultados apresentados estão organizados em três grupos: perfil dos participantes da pesquisa, perfil das crianças cuidadas, e percepção dos espaços públicos para o brincar das crianças.

Perfil dos respondentes

As opções de resposta de idade foram de 18 até 75 anos, sendo a última opção “76 anos ou mais”. A idade dos respondentes variou entre 18 e 68 anos, e a média de idade resultou em 40,24 anos. Conforme mostra o Gráfico 1, 8,94% dos respondentes tinham idade entre 18 e 24 anos; 57,32% de 25 a 39 anos; 25,20% de 40 a 59 anos; e 8,54% tinham 60 anos ou mais. Ressalta-se que menores de 18 anos, por questões éticas, não faziam parte da população alvo da pesquisa.

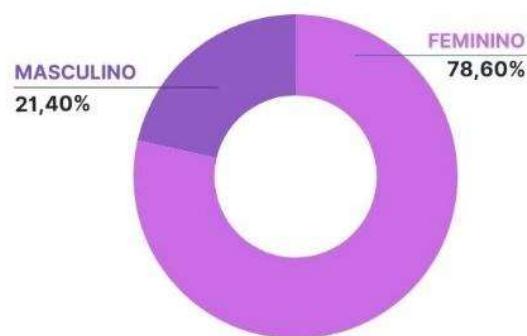
Obteve-se que 78,60% dos respondentes eram do sexo feminino, 21,40% do sexo masculino, e ninguém respondeu “prefiro não informar”, conforme o Gráfico 2. Este resultado vai ao encontro de estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2018), que apontam que o trabalho do cuidador, seja ele de crianças, idosos, pessoas doentes, deficientes, é realizado majoritariamente por mulheres.

Gráfico 1: Idade dos respondentes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 2: Gênero dos respondentes da pesquisa.

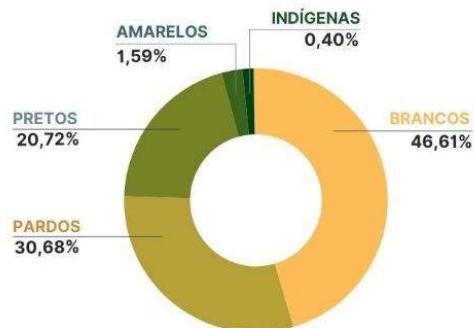


Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Conforme o Gráfico 3, destaca-se a predominância de respondentes que se autodeclararam brancos ou pardos: 46,61% de brancos, 30,68% pardos, 20,72% se declararam pretos, 1,59% de amarelos, 0,40% de indígenas. Apesar da proximidade geográfica entre o Distrito de Brasilândia e a Terra Indígena do Jaraguá, a população indígena não foi adequadamente representada entre os respondentes da pesquisa.

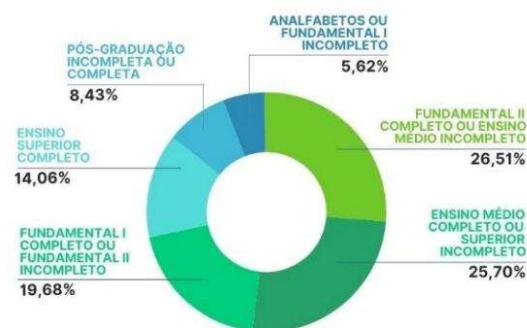
A maioria dos(as) respondentes indicou ter Ensino Fundamental II completo, Ensino Médio incompleto ou completo ou Superior incompleto, conforme o Gráfico 4: 8,43% Pós-graduação incompleta ou completa; 14,06% ensino superior completo; 25,70% ensino médio completo ou superior incompleto; 26,51% Fundamental II completo ou ensino médio incompleto; 19,68% Fundamental I completo ou Fundamental II incompleto; 5,62% analfabetos ou Fundamental I incompleto; sinalizando um perfil de formação no ensino médio dos cuidadores, e que, possivelmente, pessoas com este grau de instrução consistem na maioria dos que se dedicam a atividades de cuidado, na região estudada.

Gráfico 3: Cor dos respondentes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

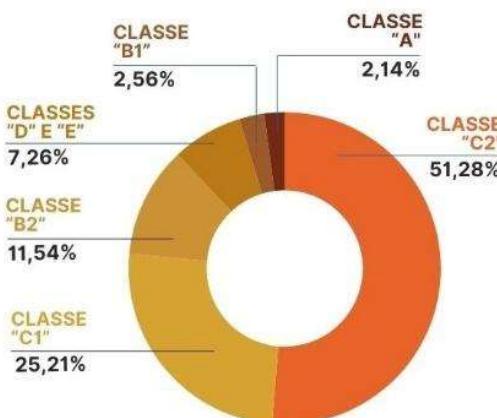
Gráfico 4: Escolaridade dos respondentes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

De acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2022), a maioria dos respondentes (51,28%) enquadra-se na Classe C2, enquanto a menor parcela pertence à Classe A (2,14%), como no Gráfico 5. Conforme o “Mapa da Desigualdade” (RNSP, 2024), o distrito da Brasilândia ocupa a quinta posição entre os piores indicadores de remuneração média mensal do emprego formal, evidenciando a predominância de baixa renda na população da área estudada, o que se reflete no Gráfico 5. Essa condição socioeconômica pode contribuir para a limitação do acesso dos respondentes a níveis mais elevados de instrução, ou ainda, a baixa escolaridade reforça a presença dessa distribuição de classes sociais.

Gráfico 5: Classe econômica dos respondentes da pesquisa.



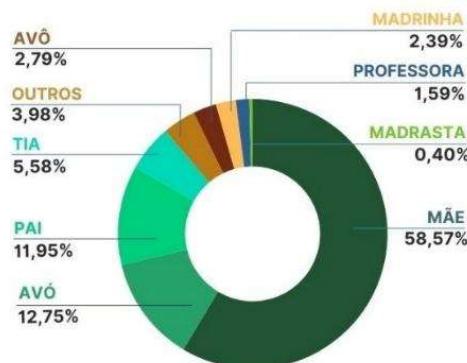
Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Perfil das crianças cuidadas, de 0 a 6 anos de idade

O Gráfico 6 revela que as mães representavam a maioria dos respondentes. Quando somados os valores correspondentes a mães, avós, tias, madrinhas, professoras e madrastas, ou seja, cuidadoras mulheres, encontra-se um total de 81,28%. Esses dados sugerem um envolvimento significativo de mulheres exercendo papéis relacionados ao cuidado e à educação.

A predominância das mães, avós e professoras como cuidadoras pode indicar uma preocupação e interesse específicos desses grupos em questões relacionadas ao desenvolvimento infantil, o que aponta a importância da escuta de suas perspectivas e experiências ao planejar políticas e intervenções urbanas relacionadas aos espaços de brincar na região da Subprefeitura Freguesia Brasilândia.

Gráfico 6: Parentesco dos respondentes em relação às crianças cuidadas.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

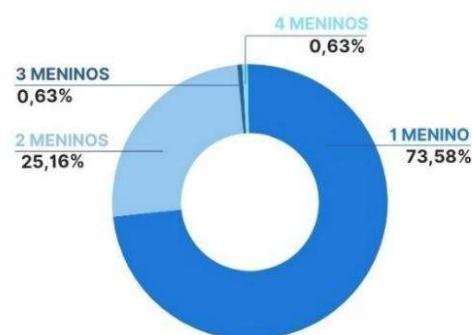
Conforme resultados dos Gráficos 7 e 8, predominaram entre os respondentes da pesquisa uma ou duas crianças de mesmo sexo sob seu cuidado. Esses dados são importantes para compreender necessidades e desafios da estrutura familiar, informando políticas públicas adequadas a tais configurações.

Gráfico 7: Número de meninas de 0 a 6 anos cuidadas.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 8: Número de meninos de 0 a 6 anos cuidados.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Ao indagar qual meio de transporte cuidadores usavam para levar a criança à escola, o participante poderia assinalar mais de uma resposta. Metrô e trem não foram assinalados, compatível com a realidade local, na qual ainda não há estações destes modais. Conforme o Gráfico 9, em torno de 20% faziam o trajeto escolar a pé, evidenciando a necessidade de se priorizar as condições de caminhabilidade e segurança viária para crianças pequenas, e investimentos em transporte público e ciclovias.

Gráfico 9: Meio de transporte utilizado até a escola.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

De acordo com os dados do Plano Regional da Subprefeitura (2016), o modo de transporte predominante na Freguesia do Ó era o individual (38,4%), seguido pelo transporte coletivo (33,8%) e pelas viagens a pé (27,8%). Na Brasilândia, por sua vez, verifica-se a predominância do transporte coletivo (44,5%), seguido pelas viagens a pé (35,2%) e pelo transporte individual (20,2%) (Município de São Paulo, 2016). Essas informações mantêm-se compatíveis com os dados apresentados no gráfico analisado, ou seja, a mobilidade na região mudou muito pouco.

A ONG Criança Segura e Data SUS, apontaram que a principal causa accidental de morte de crianças de 0 a 14 anos no país foi atropelamento ou acidentes de trânsito (ONG Criança Segura, 2020). Tal índice de mortalidade vem diminuindo, porém a segurança viária de crianças pequenas ainda é um ponto merecedor de atenção.

A altura média de uma criança de três anos é 95 cm, portanto o que elas veem e experimentam é diferente de um adulto. Elas estão mais próximas do que os adultos dos escapamentos veiculares, de instalações prediais, cestos de lixo, do pavimento e outros detalhes, vivenciando-os mais intimamente em função de suas alturas.

As crianças são menos visíveis aos condutores de carros e caminhões, cujos *designs* muitas vezes não levam em consideração suas alturas nem de outros usuários (Nacto, 2020). Dada a relevância do uso de carro, seguido pelo uso de transporte público de ônibus entre os residentes da Subprefeitura, e levando-se em conta que foi possível observar também as más condições das calçadas e a escassez de ciclovias na área, fica clara a importância de priorizar a segurança viária para pedestres na região.

Em relação aos locais onde as crianças brincam, conforme apresentado no Gráfico 10, verificou-se uma expressiva preferência por espaços privados e fechados. Essa questão permitia múltiplas respostas, sendo as três opções mais assinaladas: dentro de casa, na escola e em brinquedotecas.

Gráfico 10: Onde as crianças brincam.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Os dados indicam que, entre os participantes da SUB-FB, o brincar ocorre majoritariamente em ambientes confinados e construídos, possivelmente em função de fatores ligados à segurança, conforto e à precariedade ou ausência de espaços públicos adequados nas proximidades. As respostas reforçam que áreas públicas, livres e abertas são as menos frequentadas, o que pode estar relacionado à sua escassez, precariedade ou percepção de insegurança. Além disso, sugere-se que, por conveniência dos cuidadores, as crianças tendam a brincar mais em casa e na escola, ambientes onde presumivelmente encontram companhia para interagir.

Com relação aos locais onde as crianças brincam a maior parte do tempo, isto é, nos quais preferencialmente brincam, o Gráfico 11 mostra que na maior parte do tempo elas brincam em sua residência ou na escola. Nota-se que o único parque da região não se mostrou a principal opção de lazer, bem como áreas verdes de outras localidades. Essa preferência por espaços residenciais e escolares pode ser influenciada por diversos fatores, como acessibilidade, segurança e familiaridade. Ressalta-se a importância de investimentos em infraestrutura urbana e espaços públicos adequados para o lazer e recreação infantil, que não apenas promovam atividades ao ar livre, mas que incentivem a interação social e o desenvolvimento infantil saudável.

Em relação à pergunta “Com quem a criança brinca” (com a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa), os resultados do Gráfico 12 indicaram que a brincadeira raramente ocorria com pessoas fora do círculo de conhecidos. A opção “sozinho” obteve mais de um quinto das respostas. Ao brincar com outras

crianças, a criança aprende a conviver, compartilhar, negociar, esperar sua vez e respeitar regras. Essas interações constroem as bases para habilidades sociais como empatia, cooperação e resolução de conflitos.

Gráfico 11: Onde as crianças brincam a maior parte do tempo.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 12: Com quem as crianças brincam.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Percepção dos espaços públicos para o brincar das crianças

Quanto à importância de brincar na cidade em espaços públicos, conforme aponta o Gráfico 13, 88,36% dos respondentes indicaram ser “essencial” ou “muito importante” brincar na cidade, em espaços públicos. Esse dado contrasta com a informação anterior de que as crianças brincam, preferencialmente, em espaços privados. Quanto aos motivos da importância de brincar na cidade, conforme o Gráfico 14 (com a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa), percebe-se a relevante conscientização sobre o direito ao brincar e seus benefícios. O brincar em espaços públicos urbanos promove o sentimento de pertencimento, fortalece vínculos comunitários e estimula o cuidado com o bem comum e com o meio ambiente.

Gráfico 13: Importância de brincar nas cidades em espaços públicos.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 14: Motivos da importância de brincar na cidade.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Quando perguntados sobre a importância para as crianças de brincar ao ar livre, junto à natureza, a maioria dos respondentes (94,78%), conforme o Gráfico 15, assinalou ser “essencial” ou “muito importante”. E, como expresso no Gráfico 16 (com a possibilidade de assinalar mais de uma resposta), a maioria assinalou que brincar junto à natureza é um direito. Relativamente a ter com quem brincar, a maioria dos respondentes

(96,77%) assinalou ser “essencial” ou “muito importante” ter com quem brincar (Gráfico 17). A opção “é pouco importante” não obteve respostas. Quanto aos motivos da importância de ter com quem brincar, conforme o Gráfico 18, com a opção de marcar mais de uma alternativa, a opção que obteve quase 90% das escolhas foi ter com quem brincar estimula o convívio, a partilha, a socialização.

Gráfico 15: Importância de brincar ao ar livre e junto à natureza.



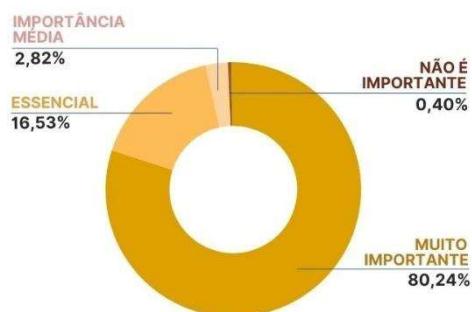
Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 16: Motivos da Importância de brincar ao ar livre, junto à natureza.



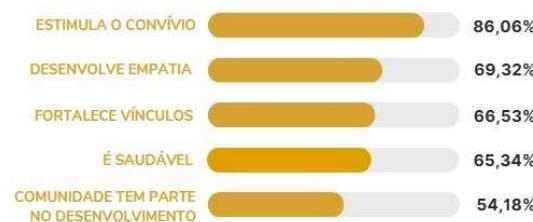
Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 17: Importância de ter com quem brincar.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 18: Motivos da importância de ter com quem brincar.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Foi disponibilizada aos respondentes uma lista de razões relativas a possíveis da inadequação de seu bairro para brincar, para que informassem a adequação de alguns aspectos listados (podendo ser assinalada mais de uma resposta). Neste quesito a opção mais apontada foi “escassez de praças e parques”, conforme o Gráfico 19.

Gráfico 19: Motivos da inadequação do bairro para o brincar.

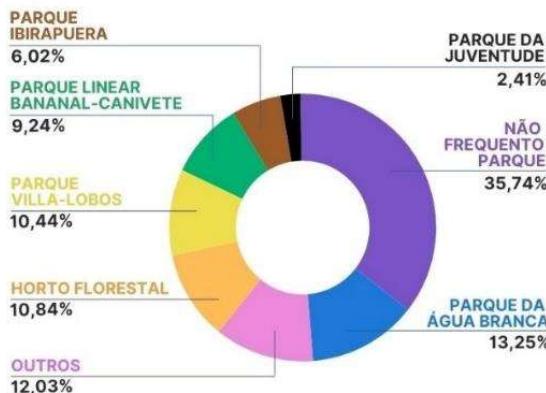


Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Quanto ao parque na cidade de São Paulo que mais frequenta, os respondentes foram convidados a indicar, em uma lista de parques de São Paulo, qual deles era o mais frequentado por eles. Conforme o Gráfico 20, nota-se expressiva parcela que não frequentava parques, e a maioria dos que frequentavam precisavam se deslocar para outros distritos. O único parque da região enfocada na investigação, o Bananal Canivete, apareceu em quarto lugar.

Quanto ao meio de transporte utilizado para chegar ao parque que frequenta (sendo possível assinalar mais de uma alternativa), 37,85% dos participantes responderam que utilizavam “carro” (automóvel) como meio de transporte até o parque, conforme o Gráfico 21. As opções “trem” e “bicicleta” não obtiveram resposta.

Gráfico 20: Parque da cidade de São Paulo que mais frequenta



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 21: Meio de transporte até o parque.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Quando perguntados sobre a existência de opções gratuitas de lazer próximas, a alternativa “praça com playground” teve 26,53% de respostas positivas (IC = [21,00%; 32,06%]). Para “Escola aberta⁵” próxima da residência, 21,22% responderam sim, com IC = [16,10%; 26,34%]. Existência de uma “Rua de brincar” próxima teve 6,85% de respostas afirmativas (IC = [3,71%; 10,00%]). Conforme estes dados, conclui-se que opções de lazer sem custo ou necessidade de deslocamento, como as três apontadas, não estão ao alcance da expressiva maioria dos moradores da SUB-FB participantes da pesquisa.

Quanto à participação das crianças em processos de decisão, como agente de escutas para a melhoria dos espaços urbanos, a maioria (54,88%) dos participantes responderam ser “essencial” ou “muito importante” a participação de crianças pequenas em audiências públicas e processos de escuta ativa, quanto às condições e expectativas relativas aos espaços para brincar.

Ao serem questionadas se participaram de audiência pública e/ou processo de escuta sobre necessidades das crianças pequenas nos espaços públicos, 84,74% das pessoas responderam “Não”; 4,42% responderam “sim”; e 10,84% “Não sei informar”. Perguntou-se se a(s) criança(s) cuidada(s) já participou(aram) de audiência pública e/ou processo de escuta sobre o mesmo tema, e 83,47% responderam “Não”; 2,82% “Sim”; e 13,71% “Não sei informar”, evidenciando a baixa participação da população local em tais processos e/ou a falta de oportunidades de participação, embora isso pareça configurar uma aspiração ou ideação social.

Testes de independência entre pares de variáveis

Após análise descritiva dos dados, foram conduzidos Testes de independência Qui-Quadrado entre diferentes variáveis de interesse. Quando as premissas para sua aplicação não foram cumpridas, houve necessidade de agrupar classes a fim de viabilizar sua utilização.

Os resultados revelaram que tanto respondentes de meia idade quanto idosos consideraram mais ser importante ou de extrema importância o ato de brincar na cidade ($p = 0,013$). Entre os participantes do sexo masculino, a relevância de brincar em espaços públicos na cidade e ter companhia para essa atividade foi proporcionalmente considerada mais importante ($p = 0,002$).

Respondentes com Pós-graduação (completa ou incompleta) ($p = 0,000$) e respondentes pertencentes às classes sociais A ou B ($p = 0,000$) deram maior ênfase na importância atribuída de brincar em espaços públicos. Ressalta-se que o fato de se atribuir tal importância não implica necessariamente que estas crianças sejam de fato levadas a brincar neste tipo de espaço, reforçando o imaginário social de uma cidade ideal onde os espaços públicos sejam realmente utilizados. Respondentes de estratos sociais mais altos (classes A, B e C1) ($p = 0,000$) e adultos de meia idade ($p = 0,000$) tenderam proporcionalmente mais a indicar que frequentam mais os parques com as crianças, em contraste com respondentes de classes mais baixas e jovens adultos, que proporcionalmente frequentavam menos esses locais.

Os dados apontaram que os respondentes que se autodeclararam brancos ($p = 0,025$), aqueles com Pós-graduação ($p = 0,000$) e os pertencentes às classes sociais A e B ($p = 0,000$), atribuíram, proporcionalmente, maior importância à presença de companhia para a criança durante as brincadeiras. Por outro lado, os respondentes de cor preta indicaram menor relevância nesse aspecto.

Esses resultados podem estar associados à dificuldade de acesso a espaços de lazer na cidade e em especial, nos distritos-alvo, uma vez que aqueles com maior instrução e poder aquisitivo tendem a valorizar mais o ato de brincar em locais públicos, devido ao seu mais fácil acesso e à presença habitual em seu cotidiano. Sugere ainda que pode haver uma valorização cultural maior da vivência pública da cidade (ao menos idealmente) para esses grupos mais favorecidos, ou uma maior facilidade de acesso para esses estratos. Pessoas de classes menos favorecidas e com menor nível educacional enfrentam, em geral, dificuldades em vivenciar a experiência lúdica em espaços públicos, sendo difícil reivindicar e/ou compreender a importância de algo que não lhes é acessível.

Quanto às oportunidades de brincadeiras no bairro de residência, respondentes do sexo masculino manifestaram proporcionalmente mais que o local apresenta inadequações para atividades lúdicas ($p = 0,046$). Tanto os indivíduos de meia idade e idosos ($p = 0,032$) quanto os do sexo masculino ($p = 0,040$), indicaram proporcionalmente mais a ausência de uma escola nas proximidades de sua casa.

Cuidadores adultos são o grupo que demonstra maior responsabilidade de levar as crianças para a escola, enquanto idosos representam o menor grupo realizando essa tarefa. Essa discrepância sugere maiores dificuldades e vulnerabilidade dos idosos, além de obstáculos à acessibilidade e mobilidade deste grupo até a escola.

A respeito da participação das crianças em processos decisórios, observa-se que os respondentes com no mínimo Ensino Superior ($p = 0,008$) e pertencentes às classes sociais A, B e C1 ($p = 0,037$) proporcionalmente souberam informar melhor se já haviam participado de audiência pública e/ou processos de escuta sobre as necessidades das crianças pequenas nos espaços públicos.

Respondentes do sexo masculino, proporcionalmente, indicaram mais não saber informar se as crianças que cuida já participaram de audiência pública e/ou processo de escuta sobre as necessidades das crianças pequenas nos espaços públicos ($p = 0,039$).

Proporcionalmente os respondentes com no mínimo Ensino Superior completo indicaram mais ser muito importante crianças pequenas participarem de audiência pública e/ou processo de escuta ($p = 0,009$). Participantes de meia-idade e idosos ($p = 0,000$), assim como indivíduos pertencentes à comunidade preta ($p = 0,000$) e de classes sociais mais baixas (C2, D e E) ($p = 0,044$) indicaram proporcionalmente mais crer na importância da participação de crianças pequenas em audiências públicas ou processos de escuta.

Esses dados sugerem a possibilidade de que os respondentes que atribuíram maior valor a esses processos de escuta possam estar menos representados ou ouvidos nessas instâncias. Além disso, é plausível que esses grupos tenham um conjunto mais substancial de demandas a apresentar durante tais processos, o que pode contribuir para a necessidade de uma maior atenção e consideração das autoridades e tomadores de decisão a respeito dessas questões específicas.

4 CONCLUSÃO

A dimensão lúdica na cidade revelou-se como uma aspiração e consciência fundamentais, uma forma de expressão e imaginário social que valoriza o brincar, incluindo o espaço público possivelmente como parte de um capital simbólico, o qual contraria a efetiva reclusão das crianças em espaços privados, domésticos e institucionais, assim como a experiência de escassez e dificuldades de acesso aos espaços dessa natureza, nos distritos paulistanos estudados. As práticas sociais revelam, para a vida cotidiana, forte vínculo com o espaço urbano, como um meio para a sua expressão identitária.

As contribuições teóricas de Gehl (2015), Lynch (1977) e Jacobs (2009/1961) permitiram compreender as dinâmicas observadas sob diferentes perspectivas. À luz de Gehl, a escala humana e a vitalidade das ruas ainda podem ser fortalecidas: a presença de crianças e cuidadores nos trajetos cotidianos configura um potencial de uso social que favorece o encontro e o brincar. Em diálogo com Jacobs, os usos e fluxos em torno das escolas e equipamentos públicos constituem um ativo urbano que pode gerar vitalidade e segurança, se melhor articulado por políticas públicas. Já Lynch, ao destacar a importância da escuta das crianças e da adequação dos espaços urbanos às suas experiências cotidianas, reforça a necessidade de considerar a qualidade, acessibilidade e caráter inclusivo do ambiente urbano, de modo que as crianças possam criar, explorar e influenciar seus espaços.

Uma conclusão possível deste artigo é que as condições de vida nos distritos de Brasilândia-Freguesia se revelam árduas e conflitantes, fazendo com que a realidade experimentada pelas crianças e cuidadores fique aquém da importância da dimensão lúdica e de sua prática no espaço revelada como aspiração coletiva, como estímulo ao desenvolvimento infantil, e preparando as crianças na vida cotidiana para enfrentarem desafios. As condições de exercício do lúdico nos distritos periféricos em análise permanecem igualmente aquém de suas potencialidades em abrigar essa dimensão, exemplificando dificuldades atravessadas por crianças de baixa renda.

O processo de pesquisa de campo, em especial a análise estatística dos dados coletados, trouxe aportes relevantes. O fato de a pesquisa ter recebido um número de respostas abaixo da meta inicialmente estabelecida implica em um menor poder dos testes de hipótese realizados, podendo outros achados possivelmente interessantes não terem sido detectados. Entretanto os resultados obtidos revelaram aspectos significativos de desigualdade socioespacial nas oportunidades, qualidade e oferta de espaços e equipamentos para o lazer infantil e conforto de cuidadores. Com base na pesquisa realizada, foi possível evidenciar a carência de espaços livres e abertos para o desempenho lúdico das crianças da faixa-alvo, e os desafios do acesso a espaços públicos urbanos de brincar na primeira infância, nos distritos abordados, como parques, praças, "Ruas de Brincar" e áreas próximas a instituições educacionais e culturais.

A pesquisa enfrentou dificuldades na divulgação e aplicação do questionário; apesar de completo, o instrumento era extenso, o que dificultou a participação de cuidadores abordados nos trajetos e nas portas das escolas por questões de tempo disponível. Observou-se também desconfiança, sobretudo entre a população mais vulnerável, quanto aos objetivos e ao uso dos resultados da pesquisa, mesmo com a garantia do anonimato. O formato *on-line* obteve maior adesão dos participantes, e a coleta contou com apoio essencial de gestores da Diretoria Regional de Educação e de equipamentos culturais.

A análise detalhada do perfil dos participantes, das crianças cuidadas e das percepções sobre os espaços públicos da parte dos cuidadores aponta caminhos para políticas públicas e o urbanismo nessa região vulnerável da cidade, visando à promoção do bem-estar infantil e de seus cuidadores. Foram caracterizados aspectos importantes da população e das crianças cuidadas — idade, escolaridade, classe social, percepção de segurança e mobilidade — que revelam elementos essenciais para o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil. Esses elementos incluem a necessidade de ampliar o acesso a espaços livres e seguros, promover a participação ativa de crianças em processos decisórios e fortalecer o apoio às famílias cuidadoras, considerando especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Deve-se considerar nestes resultados a indicação de vulnerabilidades socioambientais e em especial, do grupo da primeira infância (falta de acesso e dificuldades de brincar em espaços públicos), mas também a vulnerabilidade de cuidadores, sobretudo mulheres, sobrecarregadas com tarefas diversas relacionadas ao cuidar — serviço doméstico, provisão de alimentos, e cuidado das crianças.

Sugere-se que apesar de se revelar uma aspiração coletiva quanto às possibilidades de ampliação e aprimoramento de espaços públicos voltados ao brincar, e à sua importância, na prática as crianças, sobretudo as mais vulneráveis, ainda são mantidas no âmbito privado do lar e da escola, revelando o conflito entre a insegurança urbana, as dificuldades de mobilidade de crianças e cuidadores.

A pesquisa destacou discrepâncias socioeconômicas, evidenciando que grupos de maior renda e educação parecem ter mais acesso e valorizam mais os espaços públicos para o lazer infantil. Por outro lado, comunidades de renda mais baixa e menor escolaridade enfrentam dificuldades significativas para proporcionar às crianças oportunidades adequadas de brincar em espaços públicos.

A necessidade de iniciativas de escuta das demandas infantis, até porque tais oportunidades são escassas, foi assinalada, havendo uma percepção clara da importância dessa participação. A importância de incluir e dar voz a grupos sub-representados em decisões relacionadas aos espaços públicos destinados às crianças fica evidente.

É fundamental considerar perspectivas e necessidades de todos os segmentos da sociedade na formulação de políticas públicas, para que suas vozes sejam ouvidas e contempladas. As descobertas apontam para a necessidade de políticas urbanas específicas, considerando as diferentes realidades, e focando nas comunidades mais vulneráveis. A escassez de espaços públicos adequados para o lazer infantil, especialmente em áreas de baixa renda, indica a urgência de investimentos e melhorias nesses locais.

Há que se ressaltar que a potencialidade da qualificação do entorno dos equipamentos educacionais na SUB-FB está justamente na sua presença expressiva e distribuição territorial, o que favorece intervenções em rede

e em escala. Considerando que os principais planos e projetos voltados à infância se originam na área da educação, há uma oportunidade concreta de replicar boas práticas e promover a integração entre escola, espaço público e comunidade.

Embora os equipamentos culturais e sistema de áreas verdes e espaços livres compareçam em menor número, sua relevância é igualmente fundamental para ampliar o repertório simbólico e as oportunidades de convivência e lazer. A potência do território se amplia pela densidade infantil, pela rede de cuidados e pelo potencial de articulação entre educação, cultura e urbanismo — condições que, se qualificadas, podem transformar o cotidiano das crianças e fortalecer o caráter lúdico da cidade. Entende-se a corresponsabilidade do Estado e da sociedade para as garantias dos direitos das crianças, oferecendo um chamado à ação para formuladores de políticas públicas, urbanistas e líderes comunitários, visando garantir um ambiente urbano mais favorável às crianças e seus cuidadores.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à CAPES, financiadora da dissertação de mestrado da autora Juliana Santiago da Franca, defendida no PPGAU | UPM em 2023, e que deu bases a este artigo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. **Alma espacial**: o corpo e o movimento na arquitetura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.
- ARANTES, A. C. (Org.) ; HORA, A. V.; SOUZA, E. A.; CARDOSO, N. C. **Mário de Andrade**: o precursor dos Parques Infantil em São Paulo. São Paulo: Phorte Editora, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA [ABEP]. **Critério Brasil 2022**. São Paulo: ABEP, 2022. Disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 20 maio 2022.
- BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BRASIL [CF]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jun. 2025.
- BRASIL [ECA]. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.
- BRASIL [MLPI]. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera outras leis. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 mar. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.
- DIAS, M. S.; ESTEVES JUNIOR, M. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.19, n.39, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/QmYsNQG4LwkY5zNqCVtZg9n/>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 17.347, de 12 de março de 2021**. Institui a Política Estadual pela Primeira Infância de São Paulo. 2021. Diário Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, SP, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2021/lei-17347-12.03.2021.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di Marco, São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GEHL, J. **Space to grow**. Nova York: Gehl Institute, 2018. Disponível em: <https://vanleerfoundation.org/pt-br/publications-reports/space-to-grow-ten-principles-that-support-happy-healthy-families-in-a-playful-friendly-city/>. Acesso em: 02 maio. 2025.
- GLAESER, E. **O triunfo da cidade**. 2. ed. rev. São Paulo: Editora Bei, 2016.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens**: O jogo como elemento da cultura. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **IBGE Cidades**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/panorama>. Acesso em: 15 maio 2025.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Care work and care jobs for the future of decent work**. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_633135.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. (Original publicado em inglês, em 1961).

LYNCH, K. **Growing up in cities:** Studies of the Spatial Environment of Adolescence in Cracow, Melbourne, Mexico City, Salta, Toluca and Warszawa. Cambridge, Massachusetts and London: The MIT Press, UNESCO, 1977.

MACEDO, L.; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G. C. **Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros.** 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras:** Quadro Analítico Freguesia do Ó/Brasilândia. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/QA-FO.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 49.607 de 13 de junho de 2008.** Cria e denomina o Parque Linear do Córrego do Bananal/Canivete. 2008. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-49607-de-13-de-junho-de-2008>. São Paulo, 2008. Acesso em: 02 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 55.684 de 12 de novembro de 2014.** Confere nova regulamentação à Lei nº 12.264, de 11 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a implantação de áreas de lazer em vias públicas. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-55684-de-12-de-novembro-de-2014#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20%C3%89%20vedada%20a,qualquer%20natureza%20ou%20qualquer%20ou%20tro>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Lei nº 12.264 de 11 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre a implantação de áreas de lazer no perímetro urbano da Capital, e dá outras providências. São Paulo, 1996. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-12264-de-11-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Linear Bananal-Canivete.** São Paulo, 2025a. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/parques/regiao_norte/24040. Acesso em: 17 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Parque do Canivete:** um espaço público inspirador na periferia de São Paulo. São Paulo, 2018a. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Canivete_R02.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Parque Linear Canivete:** Estratégia de Requalificação Urbana do Jardim Damasceno. São Paulo, 2022a. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Canivete_R02.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL).** São Paulo: SVMA, 2022b. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/projetos_e_programas/284679. Acesso em: 10 out. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO [PMPI]. **Plano Municipal Pela Primeira Infância 2018-2030.** 2018b. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2018b. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Plano_Municipal_pela_Primeira_Infancia.pdf. Acesso em: 21 jun. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **População – Dados.** São Paulo, 2024a. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/licenciamento/w/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/260265. Acesso em: 27 fev. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Primeiro trem da Linha 6-Laranja passa pela Brasilândia e marca novo capítulo na mobilidade da Zona Norte.** São Paulo, 2025b. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/freguesia_brasilandia/w/primeiro-trem-da-linha-6-laranja-passa-pela-brasil%C3%A2ndia-e-marca-novo-cap%C3%ADtulo-na-mobilidade-da-zona-norte. Acesso em: 06 ago. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Programa Escola Aberta SP.** 2025c. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/coceu/programa-escola-aberta/>. Acesso em 10 out. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Ruas de Lazer.** São Paulo, 2024b. Disponível em: [https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/esportes/2024/Julho/04/RUAS%20DE%20LAZER%20ATIVAS\(ATUALIZADO_JUN2024\).pdf](https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/esportes/2024/Julho/04/RUAS%20DE%20LAZER%20ATIVAS(ATUALIZADO_JUN2024).pdf). Acesso em: 17 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Subprefeitura Freguesia Brasilândia.** 2025d. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/freguesia_brasilandia/historico. Acesso em: 12 out. 2025.

NACTO. **Desenhando Ruas Para Crianças.** New York: Island Press, 2020. Disponível em: <https://globaldesigningcities.org/wp-content/uploads/guides/designing-streets-for-kids-pt.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ONG CRIANÇA SEGURA. **Relatório Institucional 2020.** 2020. Disponível em: <https://criancasegura.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Relatorio-Criancas-Segura-2020.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 19 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil.** Nova York, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 19 jul. 2025.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI). **Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 – 2030.** 2. ed., revista e atualizada. Brasília, DF: RNPI / ANDI, 2020. Disponível em: https://nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.

REDE NOSSA SÃO PAULO (RNSP). **Mapa da Desigualdade 2021.** São Paulo, 2021. Disponível em: https://nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

REDE NOSSA SÃO PAULO (RNSP) **Mapa da desigualdade 2024.** São Paulo, 2024. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo2024/>. Acesso em: 06 ago. 2025.

ROSA, Marcos. Revisitando os playgrounds de Aldo van Eyck, 1947 | 2011. **Arquiteturismo**, São Paulo, ano 07, n. 074.02, Vitruvius, abr. 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/07.074/4707>. Acesso em: 06 jul. 2025.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler; MACHADO, Cecilia Maria de Moraes. **Paisagem e lazer:** representações da metrópole (para os brasileiros de Brasilândia). Rio Claro, 2005. Disponível em: <http://biosphera21.net.br/E-ARQUIVOS/PUBLICACOES/2005-Euler-Sandeville-Cecilia-Angileli-PaisagemeLazer-Brasilandia.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

URBAN95. **Ruas de Brincar:** A presença de crianças resgata espaços públicos. Jundiaí, 2022. Disponível em: <https://urban95.org.br/publicacoes/noticias-e-artigos/ruas-de-brincar-a-presenca-de-criancas-resgata-espacos-publicos/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

URBVERDE. **Mapeando um Futuro Inclusivo.** 2025. Disponível em: <https://urbverde.iau.usp.br/>. Acesso em: 14 out. 2025.

NOTAS

¹ “Rua de brincar”, ou “Rua de lazer”, é um termo utilizado para descrever uma rua de tráfego local ou trecho de rua fechada para o trânsito de veículos automotores em intervalos de tempo regulares e/ou dia específico, com a finalidade de estimular o lazer e a brincadeira nos bairros. Muitas cidades dentro e fora do Brasil promovem esta iniciativa (URBAN95, 2022). Na cidade de São Paulo, o programa “Ruas de Lazer” é uma política pública, regulamentada pela Lei no 12.264 (Município de São Paulo, 1996) e Decreto no 55.684 (Município de São Paulo, 2014).

² Período considerado dos 0 a 6 anos do indivíduo, conforme definição do Plano Nacional Primeira Infância (RNPI, 2020, p.19).

³ Este artigo se fundamenta na dissertação de Mestrado defendida no PPGAU FAU-UPM por Juliana Santiago da Franca, intitulada “O LÚDICO URBANO NA FREGUESIA DO Ó E BRASILÂNDIA: QUALIFICANDO O ESPAÇO PÚBLICO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA (1990-2020)”. A aplicação de questionários foi regida por formulários que receberam aprovação do Comitê de Ética da UPM, bem como a aprovação na Plataforma Brasil pelo processo de número 57117622.9.0000.0084. O artigo não é uma síntese da dissertação, mas baseia-se nela.

⁴ Embora administrativamente a Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia seja constituída pelos Distritos Freguesia e Brasilândia, utilizou-se para fins de aplicação do questionário de entrevista a expressão “bairro”, semanticamente mais afeita à experiência e percepção dos cuidadores. O distrito da Brasilândia é composto por 41 bairros e o distrito de Freguesia, por 65 bairros (Município de São Paulo, 2025d).

⁵ O termo “Escola Aberta” refere-se a unidades da rede municipal de ensino que, aos fins de semana, passam a funcionar como centros de convivência, lazer, cultura e formação profissional. A proposta tem como propósito fortalecer a inclusão social, incentivar a cultura de paz e ampliar as possibilidades de aprendizagem para estudantes e suas comunidades (Município de São Paulo, 2025c).

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade das autoras.